

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A MOBILIZAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS NO PROCESSO DE  
MONUMENTALIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1980 – ESTUDO DE CASO,  
O PELOURINHO**

**ISADORA MATOS MORAIS**

**MARIANA  
2025**

**ISADORA MATOS MORAIS**

**A MOBILIZAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS NO PROCESSO DE  
MONUMENTALIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1980 – ESTUDO DE CASO,  
O PELOURINHO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade Federal de Ouro Preto para  
a obtenção do título de Licenciada em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de  
Abreu

**MARIANA  
2025**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Isadora Matos Moraes**

**A mobilização de grupos sociais no processo de monumentalização na década de 1980 – estudo de caso, O Pelourinho**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História

Aprovada em 12 de agosto de 2025

### Membros da banca

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araújo - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/04/2026



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Santos de Abreu, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/04/2026, às 22:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1087136** e o código CRC **3B3E478F**.

*"Seres humanos participam na história não apenas como  
atores, mas também como narradores."*

*Michel-Rolph Trouillot*

## RESUMO

Este trabalho analisa o processo de reconstrução do pelourinho da cidade de Mariana (MG), erguido novamente entre os anos de 1979 e 1980, buscando compreender as articulações políticas, sociais e simbólicas que motivaram sua remontagem em pleno período de redemocratização brasileira. A pesquisa parte do pressuposto de que os monumentos não são meros objetos materiais, mas dispositivos de memória moldados por disputas de poder, identidades e narrativas históricas. A partir de fontes documentais, discursos públicos e referenciais teóricos como Pierre Nora e Michel-Rolph Trouillot, o estudo investiga como determinados grupos sociais — especialmente elites políticas e intelectuais locais — atuaram na valorização do patrimônio colonial como estratégia de construção identitária e diversificação econômica, tendo em vista o fortalecimento do turismo cultural. A reconstrução do pelourinho é, portanto, interpretada como símbolo de uma memória seletiva, que enaltece um passado glorificado em detrimento de outras vozes silenciadas, especialmente da população negra. O trabalho busca, assim, contribuir para o debate sobre a função política dos monumentos e o papel dos historiadores na crítica às narrativas oficiais.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico; Pelourinho; Mariana (MG); Memória; Monumentalização; Redemocratização.

## ABSTRACT

This research analyzes the reconstruction process of the pillory monument in the city of Mariana, Minas Gerais (Brazil), which was rebuilt between 1979 and 1980. The study aims to understand the political, social, and symbolic articulations that led to its reinstallation during Brazil's redemocratization period. It is based on the premise that monuments are not neutral material objects, but memory devices shaped by power disputes, identity construction, and historical narratives. Drawing on archival documents, public speeches, and theoretical frameworks such as Pierre Nora and Michel-Rolph Trouillot, the research investigates how certain social groups — particularly local political and intellectual elites — mobilized the colonial heritage as a strategy to construct a collective identity and promote economic diversification through cultural tourism. The pillory, once a symbol of punishment and colonial authority, is reinterpreted here as a selective memory device that glorifies the past while silencing others, especially the Afro-Brazilian population. This work seeks to contribute to the debate on the political function of monuments and the role of historians in critically engaging with official narratives.

**Keywords:** Historical heritage; Pillory; Mariana (MG); Memory; Monumentalization; Redemocratization.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>Contextualizando o pelourinho no período colonial.....</b>	<b>9</b>
<b>As faces de um pelourinho.....</b>	<b>12</b>
<b>A remontagem em quebra-cabeças.....</b>	<b>14</b>
<b>História do pelourinho enquanto poder, disputas, narrativas e conhecimento – Se eles podem, porque nós não?.....</b>	<b>18</b>
<b>Pelourinho histórico ou recreativo?.....</b>	<b>20</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>22</b>
<b>Plano de aula.....</b>	<b>24</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>27</b>

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Pelourinho de Mariana
- Figura 2 - Pelourinho na atualidade
- Figura 3 - Turistas no pelourinho

## Introdução

A presente pesquisa almeja compreender como grupos sociais se mobilizaram no processo de monumentalização na década de 1980. Em especial, o foco analítico será voltado para o monumento Pelourinho de Mariana (MG), reconstruído entre 1979 e 1980 e situado na Praça Minas Gerais, um dos principais espaços simbólicos da cidade.

O objeto de pesquisa é relevante ao considerarmos o movimento de construção de novos monumentos naquele momento histórico. Na década de 1980, o Brasil atravessava uma onda expressiva de monumentalizações históricas. Podemos citar monumentos como: o monumento a Zumbi dos Palmares (1986), escultura instalada na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, nas proximidades da Praça XI — local historicamente associado aos movimentos de negritude e resistência cultural. Outro exemplo é o monumento histórico Panteão da Pátria e Liberdade Tancredo Neves (1986), localizado na Praça dos Três Poderes, no distrito federal de Brasília, que teve sua inauguração no ano de 1986. Como o próprio nome já sinaliza, essa construção deveria suprir a necessidade republicana de dar lugar aos seus heróis nacionais.

Esse movimento coincide com o período de reabertura política e redemocratização, quando diversos setores da sociedade civil passaram a se organizar politicamente, buscando participar da construção de uma nova identidade nacional. Nesse contexto, os monumentos funcionam como dispositivos simbólicos que refletem disputas de memória e de pertencimento.

É inquestionável o quanto um monumento nos diz sobre inquietações de períodos, dito isso, espera-se compreender, analisando o Pelourinho de Mariana (MG), quais as possíveis questões históricas podem ser identificadas, assim como, quais grupos estariam envolvidos na reconstrução, e o que estavam almejando para um futuro, seja ele mais local ou mais nacional.

Autores como Pierre Nora e Michel-Rolph Trouillot discutem como a memória histórica é constantemente moldada por apagamentos, seleções e estratégias de poder. Inspirando-se nesses debates, esta pesquisa busca identificar os grupos sociais envolvidos no processo de monumentalização do pelourinho, bem como

analisar suas intencionalidades políticas e simbólicas diante do cenário de transição democrática e reconfiguração da esfera pública no Brasil.

## Contextualizando o pelourinho no período colonial

Com o intenso fluxo de pessoas migrando para a região do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, no início do século XVIII, impulsionado pela descoberta do ouro e pela busca por novas oportunidades, já no início do século, em 1711, o arraial foi elevado à categoria de vila. Assim, como era esperado quando se fundava uma nova vila, devia-se erguer um pelourinho, símbolo da autonomia local e, sobretudo, da autoridade régia — representada, nesse contexto, pelos juízes, os vereadores e procurador da localidade.<sup>1</sup>

De fato, a sua condição como padrão municipal advinha de uma elaborada cerimônia política que vinculava a autoridade real àquele específico pilar [pelourinho] e era obedecida à risca pela autoridade oficiante (comumente, juízes de fora ou ouvidores), sempre acompanhada dos moradores da nova vila. Os autos de fundações de vilas conservados (os mais antigos remontam ao início do século XVII) permitem concluir que apesar das mudanças sofridas pelo cerimonial ao longo do tempo, sempre foram eles centrados no próprio padrão. [...] O pelourinho foi o verdadeiro agente da criação de novas vilas ou cidades. (ANDRADE, 2022, p.3-4).

O que nos chama bastante atenção, é o fato da importância do pelourinho ser circundada por toda uma tradição cerimonialista monárquica. Como exemplo, podemos citar o momento de sua inauguração, que contava com um rito de aclamação ao soberano (ANDRADE, 2022). Outro elemento curioso, vinculado ao pelourinho, é que ele deveria ser construído em um espaço de prestígio, como praças. No caso do de Mariana, o mesmo se encontra localizado em frente a Casa de Câmara e Cadeia, compondo o núcleo político-administrativo da nova vila.

Pelo rito, o pelourinho tornava-se um “padrão”, no sentido referido por Bluteau: uma “pedra, ou coluna com inscrição, para memória pública, & perpétua de algum sucesso (...) ou em hũa palavra, Monumentum ou monumentum” (BLUTEAU, 1720, p. 175). Nada mais era, portanto, do que uma memória do rito fundacional pelo qual o soberano conferira à câmara a autoridade e a legitimidade para que ela exercesse o governo municipal como corpo político a ele subordinado. Eles constituíam a civitas (o território conformado pela jurisdição de seus habitantes à câmara). Não era por acaso que, ao levantamento do pelourinho, seguiam-se as demarcações das principais divisas municipais, como os limites do termo, do rocio e, por

---

<sup>1</sup> ANDRADE, Francisco. De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). Revista de História (São Paulo), 2022, p. 3-5.

vezes, da praça da câmara e do local onde se construiria a casa de câmara e cadeia” (ANDRADE, 2022, p.5).

Ao contrário do senso comum, haveria sim uma distribuição planejada das cidades e arraiais colonizadas por Portugal, com o intuito de ordenamento social<sup>2</sup>, e isso fica muito evidente quando analisamos as dimensões geográficas de cada instituição. Tem-se como exemplo, a atual praça Minas Gerais, em Mariana, onde se encontram as igrejas Nossa Senhora do Carmo, igreja de São Francisco de Assis, Casa de Câmara e Cadeia e pelourinho, todos esses espaços são representantes do poder divino, régio e da justiça.

A implantação de uma vila instaurava uma série de providências, como o levantamento do pelourinho, instalação e construção da Câmara – acomodada provisoriamente em “casas de morada” –, cadeia, eventualmente um quartel etc. Essas providências “construtivas” tornavam cotidianamente efetiva – e evidentemente mais persuasiva – a “representação” do poder metropolitano. Para além das implicações concernentes à complexa política territorial ultramarina no século XVIII, e concentrando-nos no aspecto construído dos núcleos urbanos, estava instalada, a partir de então, uma estrutura administrativa com expressiva responsabilidade para intervir sobre o corpo construído das povoações. Dentre os objetivos principais dessa estrutura estava não apenas administrar a construção da vila e demais “arraiais” e “lugares” de seu “termo”<sup>11</sup>, como também “corrigir”, “reedificar”, “reformatar” e “alinhar”, como fosse possível, as primeiras ocupações, geralmente estabelecidas pelos primeiros moradores. (BASTOS, 2012, p.2006)

Logo, pode-se observar a cidade sendo construída em torno de um aparato opressor e controlador, seja esse poder proveniente de Deus (igrejas), ou do soberano (Câmara, cadeia e pelourinho), dito isso, a população estava sob constante vigilância moral e cívica. Toda essa institucionalização é um meio de controle do Estado metropolitano sobre a sociedade local. Entretanto, isso não significa que a sociedade civil não tinha meios de subverter esse ordenamento, fato que vale ser ressaltado, porém que não nos cabe aprofundar nesse trabalho.<sup>3</sup>

Assim como em outros arraiais mineiros, no momento de sua elevação, em 1711, a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo assumiu novas obrigações administrativas, incluindo a construção de um pelourinho. Salomão de Vasconcelos, relata que em 1711 a Câmara adquiriu uma despesa, onde pagou-se a Tomás do

---

<sup>2</sup> BASTOS, Rodrigo Almeida. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008>>. Acesso em: 31 de jun. 2025.

<sup>3</sup> Sobre a discussão ver: SILVEIRA, Marco Antonio. A Colonização como Guerra: Conquista e Razão de Estado na América Portuguesa (1640-1808). Brasil: Editora Appris, 2019.

Carmo 24 oitavas de ouro pela aquisição de duas alavancas para a montagem do pelourinho. Como em muitas outras localidades da colônia nos primeiros anos de ocupação, tratava-se de uma estrutura simples, composta apenas por uma coluna de madeira com um argolão para os pés.<sup>4</sup>

Pode-se compreender a construção do pelourinho em uma nova vila como um verdadeiro rito fundacional. Era nesse ato que se demarcava o termo da vila, isto é, o território sob jurisdição de uma Câmara Municipal. Esse domínio, por sua vez, emanava do soberano, de modo que todo o poder exercido pela Câmara — e simbolicamente representado no pelourinho, através de arrematações, publicação de éditos, ordens régias, leilões e proclamações públicas — constituía uma manifestação visível da autoridade real.<sup>5</sup>

Ao longo dos anos coloniais, foram diversas as sedes da Câmara e mais de um pelourinho existentes no que hoje é Mariana. No entanto, restaram poucas referências documentais. Uma exceção notável é o termo de arrematação do pelourinho construído em 1750, no antigo Largo dos Quartéis, atual Praça Minas Gerais. O documento especifica minuciosamente os elementos arquitetônicos e simbólicos da nova estrutura, a qual deveria ser consideravelmente mais ornamentada do que o primeiro pelourinho da vila:

Será feito no meio do largo que será destinado para praça. As escadas da melhor pedra que deve ser bem lavrada e polida, assentada sobre alicerce de pedra e cal em que se funde toda a obra. A base será da qualidade da pedra das que se fizeram o adro da Senhora Santana e a coluna de pedra branca e lisa muito bem polida, sem mancha falsa ou outro algum defeito. O capitel, da mesma qualidade da base ou pedestal. Há de ter dois escudos: um no lugar que mostra o risco e outro da outra banda com as armas da cidade. A Pedra da fachada será diferente na qualidade e cor, podendo-se cercar, aliás será como a da base e capitel embutido na coluna. Os dois braços de chumbo, vazados por dentro. A esfera de cobre e a coroa do mesmo, sendo também dourada a cruz da cinta da espera, com mais bronzeado dos braços, com as balanças douradas, com alfanje de cobre prateado. (*AHCMM, códice 135, p.103v-104v. apud Pereira et al., 2015*).

O que chama a atenção nesse registro é o fato de que cada detalhe da estrutura não foi requerido de maneira aleatória ou meramente ornamental. A exigência de símbolos como a balança da justiça, a cruz, o escudo real e as armas da cidade revela a intenção de afirmar o caráter simbólico e jurídico do monumento.

---

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Salomão. Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947, p. 204.

<sup>5</sup> ANDRADE, Francisco. De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). São Paulo: Revista de História, 2022, p. 5-7.

Para além das especificações formais da construção, o que ressalta no relato é a preocupação com os símbolos que deveriam ornar o já significativo pelourinho. Os símbolos da justiça são evidenciados na balança e na espada ostentadas por braços de chumbo. Sobre eles estavam a esfera armilar e a cruz, instrumento de suplício associado ao cristianismo e, por extensão, à justiça divina. Aparelho de localização marítima, a esfera armilar, por sua vez, compôs o estandarte de d. Manuel I, o rei português da época das grandes navegações e do “achamento” do Brasil. Era uma referência ao universo conhecido, aos corpos celestes, mas também ao novo mundo, conquistado sob os auspícios da Igreja Católica, pelo esforço dos vassalos e com o apoio da Coroa. Nos escudos dourados estavam representadas as armas da Cidade de Mariana, bem como as de d. João V, compostas por pequenos broquéis azuis e castelos dourados. Encimando a composição, uma grande coroa dourada com barretina de veludo vermelho. (ANTUNES; SILVEIRA, 2016, p.28)

Em outras palavras, o novo pelourinho erguido deveria materializar o poder da justiça, seja ela do Rei, do Divino ou da própria Câmara, que, também é uma das facetas da justiça régia. Afinal, diante dos castigos aplicados nesse espaço, o público que assistia às punições era compelido a reconhecer, reverenciar e temer a autoridade ali representada. Assim, o pelourinho colonial não era apenas um objeto físico ou funcional, mas um marco visual e performático da ordem e do poder que estruturavam a sociedade da época.

## **As faces de um pelourinho**

Diante do que foi apresentado, é de suma importância a compreensão do pelourinho com toda a sua complexidade, somos então, cobrados a enxergá-lo para muito além de um monumento histórico. Deve-se compreendê-lo como um espaço de poder, disputas de poderes, opressão e, também, representação da demarcação espacial da cidade.

Sendo assim, não é possível e menos ainda correto fazer uma leitura desse monumento privilegiando apenas um de seus aspectos, como é o caso da atualidade, onde autoridades e representantes políticos tentam pôr em evidência apenas o fato do pelourinho representar a autonomia espacial e política da cidade.

Mas antes de avançarmos no debate sobre o pelourinho na atualidade, proponho que façamos esse estudo em camadas. Dito isso, já que contextualizamos sua historicidade no período colonial, falemos agora de outro marco muito importante, sua destruição em 1871. Ao contrário do que se possa imaginar, não há registros de pelourinhos sendo destruídos com a Independência do Brasil, o que

não seria de todo errado supor, visto que o pelourinho, como já dito anteriormente, é uma representação do poder monárquico (ANDRADE, 2022, p.17-18). Entretanto com a instauração do novo regime, o Império Brasileiro, não há uma ruptura total com o antigo regime, pois, há uma conservação da monarquia, visto que a família Bragança permanece no poder.

O que é possível rastrear é uma onda de primeiras demolições a partir da promulgação do Código Criminal do Império, em 1832. Nesse código, foram banidas as penas corporais para os cidadãos. Vale lembrar que tal extinção não era extensiva aos escravizados. A penalidade de açoites só passa a contemplar os escravizados no código criminal em 1886. Mas, já é possível identificar, antes mesmo de 1886, uma inquietação popular com os pelourinhos. O que resultou na destruições de monumentos, diretamente associado à penas físicas pela população colonial.

Como exemplo disso, temos “em Recife, ainda no mesmo ano de 1832, um vereador requeria que “se mandasse deitar abaixo o Pelourinho colocado na Praça do Comercio desta Cidade”.” (ANDRADE, 2022, p.15). O que se percebe é que as principais vilas e cidades brasileiras serão as que vão aderir, pioneiramente, a esse processo de destruição.<sup>6</sup>

Já no caso de Mariana, a demolição tardou um pouco mais, como dito anteriormente, o desmonte do pelourinho ocorrerá em 1871. A motivação principal para o ocorrido foi a aprovação da lei do Ventre Livre. Podemos ressaltar dois aspectos importantíssimos nesse processo de desmonte. O primeiro é a importante atuação de abolicionistas, o segundo é o fato de ter se dado de uma forma cerimoniosa, como um ato de triunfo e motivo a ser festejado. (ANDRADE, 2022, p.18)

“No dia 9 de novembro, estando presente toda a Câmara Municipal e diversos cidadãos “teve começo a demolição, sendo tirada a Coroa, Globo, Espada e Balança e, em seguida a Coluna de pedra e todo este tempo tocava a banda de música e foguetes subiam ao ar”. Cumpria-se, desse modo, o designio de “tirar da vista da atual geração o padrão de ignomínia” e de testemunhar a adesão à “gloriosa lei de 28 de setembro” ” (apud ANDRADE, 2022, p. 18)

Mediante os ocorridos da época, não é errado concluir que parte da sociedade marianense já associava o monumento aos fantasmas da escravidão,

---

<sup>6</sup> Idem, 2022, p. 15.

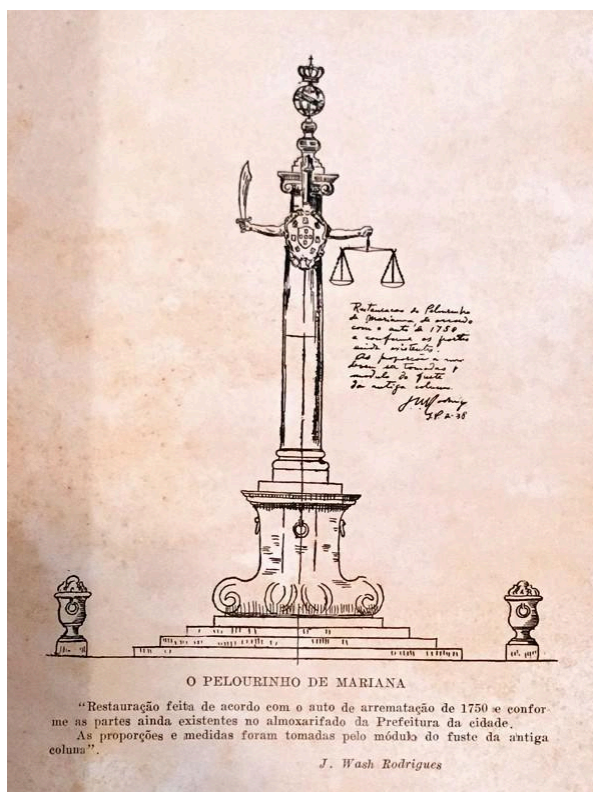
logo, ao festejarem seu desmonte, festejavam também um ato de resistência a toda a repressão e suplício, que o monumento representava, principalmente para a população negra, que eram os que mais eram infringidos nesse monumento, mediante a torturas e humilhação em espaço público.

Contando que esse monumento já era considerado, ao menos desde o século XIX, uma mácula a sociedade nacional, que deveria ser esquecida e apagada a todo o custo, fica a inquietação de por que anos depois, alguns grupos sociais marianenses se organizam na tentativa de tentar reconstruí-lo novamente.

## A remontagem em quebra-cabeças

Sobre a remontagem do pelourinho, já houve duas empreitadas, sendo apenas a última bem sucedida. A primeira, ocorreu em 1938, quando Salomão de Vasconcellos encontra em arquivos locais de Mariana o termo de arrematação, de 1750, da construção de um pelourinho. A partir desse termo, é produzido por José Wash Rodrigues um desenho, esboçando como deveria ter sido o pelourinho colonial:

Figura 1 - Pelourinho de Mariana



Fonte: VASCONCELOS, Salomão. Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947, p. 206.

A partir deste achado, Salomão de Vasconcelos começa uma campanha, defendendo a remontagem do pelourinho. Segundo Vasconcelos, ele teria identificado, em um monumento construído em comemoração ao bicentenário da fundação do arraial (1896), partes do pelourinho que foi demolido em 1871, como o pedestal e parte da coluna. Vale lembrar que o monumento do bicentenário estava guardado no almoxarifado da Câmara.

Segundo um trabalho de mapeamento dos bens tombados de Mariana, em 1871 a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês solicitou à Câmara Municipal a doação dos degraus de pedras do pelourinho, recém demolido, para a construção de escadas do presbitério da Capela<sup>7</sup>. Baseando-se nesse relato, é possível que Vasconcelos tenha se equivocado, e o mais provável é que o monumento ao bicentenário não tenha relação material com o antigo pelourinho.

Temos ainda como fonte comparativa a publicação em uma revista do professor e historiador Cristiano Casimiro, na qual o mesmo relata que ao contrário do que proposto por Vasconcelos, as partes achadas no almoxarifado da Câmara não teriam relação com o Pelourinho.<sup>8</sup>

Já a segunda tentativa foi retomada em 1979 e efetivada em 1980, porém, como afirmado por Casimiro, o monumento atual da Praça Minas Gerais, é um falso original. Pois, ao que tudo indica, não há partes presentes do antigo pelourinho, mas sim do monumento ao bicentenário da cidade. De fato, foi utilizado o ato de arrematação de 1750 como exemplo a ser seguido, no momento da reconstrução, entretanto, isso não é suficiente para torná-lo um legítimo pelourinho do século XVIII e XIX.

Figura 3 - Pelourinho na atualidade

---

<sup>7</sup> ABREU, João Francisco; CALDEIRA, Altiano Barbosa. Mapeamento do acervo arquitetônico e histórico da cidade de Mariana. Belo Horizonte: Fapemim; PUC - MG, 2006, p. 29.

<sup>8</sup> SANTOS, Cristiano Casimiro. O pelourinho de Mariana. Revista Mariana Histórica e Cultural, Mariana, p. 18-23, junho, 2018. Disponível em: [\[https://www.yumpu.com/pt/document/read/60802443/revista-junho-de-2018\]](https://www.yumpu.com/pt/document/read/60802443/revista-junho-de-2018). Acesso em: 14 jun. 2025



Fonte: Isadora Matos Morais, 2025.

Vale a pena compreender como a ideia de reconstrução surgiu. Esse processo se deu após um evento, que contou com a presença de acadêmicos e figuras influentes da região. Esse evento ficou conhecido como Encontro de Desenvolvimento de Mariana (EDEM I). O propósito desse encontro era debater os caminhos do desenvolvimento que Mariana deveria traçar, visto que a cidade contava majoritariamente com os recursos da mineração e investia pouco em seu potencial turístico.

Esse evento foi promovido pelo Movimento Renovador e pela Casa de Cultura, contando também com a participação da prefeitura, representada pela figura do então prefeito, Jadir Macedo. Destacaram-se como lideranças os cidadãos Roque Camêllo, Sylvestre Feire de Andrade, Frederico Ozanan de Moura Santos, Vanderlei Eustáquio Machado, Ilton Olímpio da Silva, Hebe Rôla, Marly Moyses entre outros.

O que nos chama a atenção nesse evento, é que intelectuais e figuras de destaque em Mariana estariam voltando seus olhares para sua história colonial, bem como suas possíveis contribuições para a contemporaneidade, mais especificamente, o potencial turístico que a história colonial marianense poderia agregar à economia local. Esse grupo em particular, se articula para poder diversificar a economia marianense, eles conseguem fazer isso pondo em foco a Mariana enquanto cidade relíquia e monumental, semelhante a sua vizinha, Ouro Preto.

Como exemplo disso, pode-se lembrar que, nesse mesmo evento nasce outra ideia, o Dia de Minas. Essa ideia pressupunha a criação de uma lei que institua o dia 16 de julho — dia que remete ao descobrimento de Mariana — como data comemorativa do aniversário do estado de Minas Gerais. Essa empreitada foi muito bem sucedida. Tanto que atualmente a data é um dia cívico em Mariana e no estado de Minas Gerais e, simbolicamente, a capital mineira é transferida para Mariana no dia da festividade.

Há um livro intitulado por “16 de julho - O dia de Minas”<sup>9</sup> onde pode-se encontrar uma coletânea de discursos, pronunciamentos, ensaios, crônicas e poemas que permite-nos acessar a gênese daquele momento histórico, através de suas narrativas sobre o dia de Minas e o movimento de dar centralidade ao patrimônio histórico colonial.

Mas eis que chega o tempo do resgate. Chega o resgate para Mariana e para Minas. Os filhos da terra dileta agora despertam suas consciências. É extremamente necessário desvendar a verdade: o imenso patrimônio espiritual acumulado com paciência pelas passadas gerações.” (LOPES, 1990, p.64-65)

Assim como no EDEM I, percebe-se nesse e em outros discursos presentes no livro, a necessidade de conscientização ao se tratar da valorização do patrimônio

---

<sup>9</sup> CAMÊLLO, Roque José de Oliveira. 16 de junho O dia de Minas. Belo Horizonte: Lemi S.A., 1991.

marianense. Indo além, para esse grupo em particular, valorizar o patrimônio de Mariana é reconhecer o que há de melhor em Minas Gerais e no Brasil. E é exatamente nesse contexto que a reconstrução do pelourinho se insere.

## **História do pelourinho enquanto poder, disputas, narrativas e conhecimento – Se eles podem, porque nós não?**

Após toda essa análise conjuntural que fizemos sobre a história do pelourinho marianense, revisando seu passado colonial e suas contribuições para a década de 1980, este trabalho tem a pretensão de compreender a historicidade do fenômeno da reconstrução do monumento, bem como suas implicações para a sociedade.

Identifica-se que o objetivo central da reconstrução do pelourinho, para o grupo envolvido, era a valorização da história colonial de Mariana e, conseqüentemente, uma diversificação da economia local. Entretanto, eles conseguem algo muito maior com essa força tarefa. Pois, obtiveram como resultado, para além da fortificação do turismo, a projeção de uma identidade marianense, identidade essa que almeja personificar Minas Gerais, e nos melhores dos cenários, personificar a identidade cultural brasileira.

O Dia de Minas é o exemplo mais evidente desta constatação. É uma efeméride que tem por objetivo reforçar a memória cultural colonial. Ou seja, essa celebração, bem como o pelourinho, reafirmam a história brasileira, enaltecendo toda a sua trajetória de poder e conquistas. Entretanto, essa narrativa deixa de fora questões muito importantes, exemplo disso, temos o negligenciamento com a população negra e indígena<sup>10</sup>.

Vale apontar para o fato de que essa mobilização em torno do patrimônio histórico colonial brasileiro não é uma ação isolada. Nesse mesmo recorte temporal, especificamente em 1980, Ouro Preto é contemplada na Lista do Patrimônio Mundial como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Esse ocorrido nos convoca a perceber que a valorização de patrimônios coloniais não é uma iniciativa exclusiva de Mariana.

---

<sup>10</sup> Sobre esse negligenciamento, principalmente em relação ao pelourinho e a população negra, recomendo a leitura do seguinte artigo: CONDURU, Roberto. Pelourinho de Mariana, monumento à barbárie. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: PESQUISAS EM DIÁLOGO, 40, 2021, Uberlândia. Anais Uberlândia, 2021, p. 144-156. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2020/anais/pdf/Roberto%20Conduru.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2025.

Isadora Ribeiro (2022), salienta que no período de transição democrática, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é também arremetido com novas ideias. Segundo a autora, a direção do IPHAN propunha ações que iriam ao encontro de retomar às ideias do famoso modernista Mário de Andrade referentes aos anos de 1930.<sup>11</sup>

A instrumentalização na gestão do patrimônio empreendida entre o fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, foi marcada pela criação de dois importantes marcos para a política preservacionista brasileira, ambos em 1973: o Programa de Cidades Históricas (PCH) e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O terceiro diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães (1979 -1981), propunha uma reaproximação às ideias de Mário de Andrade do início da década de 1930. A visão de Mário sobre o patrimônio “era mais abrangente que a comumente utilizada à época”, pois a sua definição “possuía uma base antropológica e etnológica” (FREITAS, 1994, p. 79), empreendida através de suas várias viagens de caráter etnográfico pelo Brasil, de seus debates com antropólogos, historiadores, sociólogos e do mapeamento do saber-fazer de cada região visitada. O CNRC e o PCH foram, portanto, uma tentativa da gestão de Magalhães de retomar o projeto de Mário de Andrade. (RIBEIRO, 2022) p. 22

Mediante aos fatos apresentados, outra forma de compreender a empreitada do grupo letrado e intelectualmente ativos de Mariana, é como sendo uma resposta à valorização nacional e mundial da cidade vizinha Ouro Preto. Pois, se o Brasil e o mundo estariam enaltecendo a cultura monumental colonial de Ouro Preto, por que não ampliar o conjunto arquitetônico marianense, através da reconstrução do pelourinho, e conquistarem igual ou maior reconhecimento?

Ao problematizar o contexto situado acima, é possível notar que o processo de redemocratização brasileira é atravessado por um movimento de retomada da identidade nacional, mais precisamente ao pensarmos no IPHAN, na retomada das iniciativas dos modernistas focando no barroco mineiro. E isso acende no grupo intelectualizado de Mariana a necessidade de fazer parte desta “renovada” identidade nacional, voltando seus olhares e ações para o patrimônio cultural colonial marianense.

Sintetizando todas essas informações, é razoável afirmar três vetores que influenciaram a reconstrução do pelourinho de Mariana. Como primeira causalidade, temos a necessidade de diversificação econômica de Mariana, logo, procurando

---

<sup>11</sup> RIBEIRO, Isadora Parreira. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 9–32, 2022. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2022v23n38p9-32. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/28083>>. Acesso em: 31 jun. 2025. p. 22

estruturar melhor as políticas da cidade dando foco ao seu patrimônio histórico e consequentemente, ao turismo. Segundo, uma necessidade nacionalista de reenvindicar suas origens, com o intuito de unificar a nação em torno de um ideal comum — retomando a ideia modernista de que o barroco mineiro seria a maior expressão cultural do mais puro Brasil. E por último, uma disputa de poder, na qual Mariana, a primaz de Minas, quer reivindicar sua relevância regional e nacional, pois, se Ouro Preto é merecedora do título de cidade monumento, Mariana quer ser tão ou mais merecedora.

### **Pelourinho histórico ou recreativo?**

Para além de tudo que foi apresentado neste trabalho, ainda há mais uma questão a ser problematizada. O pelourinho marianense, como já foi falado, compõe um conjunto histórico na praça Minas Gerais e cumprindo o seu papel, o monumento atrai bastante visitantes. Porém é um tipo de visitação sem qualquer tipo de embasamento histórico ou mediação adequada. O que implica em uma banalização do monumento e do que ele representa.

O fato de atrair muitos visitantes já era algo esperado por seus idealizadores. Mas será que os mesmos imaginavam que esses visitantes iriam banalizar todo o seu passado marcado por violência, punições públicas e humilhação — especialmente de pessoas negras escravizadas. O pelourinho reconstruído em Mariana hoje se tornou um ponto turístico bastante fotografado, muitas vezes sem qualquer mediação crítica sobre seu significado histórico. Em diversas ocasiões, observa-se turistas posando para fotos presos aos grilhões de metal, sorrindo ou brincando com o aparato, como se fosse uma escultura comum ou até uma atração lúdica. Essa atitude revela o esvaziamento simbólico do monumento enquanto lugar de dor, apagando os sentidos históricos que ele representa.

Figura 3 - Turistas no pelourinho



Fonte: Pedro Henrique de Castro Falci, 2024.

Essa fetichização da violência, ou seja, a transformação do sofrimento em objeto de consumo estético ou exótico, não é um fenômeno isolado. Ela se insere em uma lógica de espetacularização do passado, em que o patrimônio é apropriado como “paisagem instagramável”, muitas vezes dissociada de sua carga histórica. O pelourinho passa, assim, a ser objeto de contemplação despolitizada, o que contribui para reforçar silenciamentos sobre o passado colonial e suas consequências estruturais ainda hoje.

A banalização dos instrumentos de suplício e o uso simbólico do monumento como cenário turístico provocam um tipo de violência epistêmica, pois invisibilizam os corpos que ali sofreram e os sentidos de resistência que poderiam ser mobilizados a partir da memória daquele espaço. Ao invés de ser um lugar de questionamento ou de educação para a cidadania, o pelourinho corre o risco de se tornar um artefato vazio, moldado por interesses econômicos e lógicas de consumo cultural.

Nesse sentido, o papel dos educadores e historiadores é fundamental: cabe-nos problematizar os usos públicos da memória, instigar perguntas sobre quem tem o direito de lembrar e como, e estimular leituras mais éticas e plurais do patrimônio. Um monumento como o pelourinho não pode ser dissociado do sistema de opressão e de sofrimento que ele representou — e sua reapropriação no presente precisa ser constantemente debatida à luz das responsabilidades históricas que carregamos como sociedade.

## **Conclusão**

Em suma, o presente trabalho proporciona-nos a reflexão de como um monumento histórico é atravessado por disputas políticas, sociais e identitárias. Tais disputas são inerentes ao patrimônio, visto que o mesmo é a representação do poder de uma sociedade — ou melhor dizendo, de uma parte dela. Nesse sentido, é de suma importância que nós, historiadores, possamos nos debruçar sobre os sentidos atribuídos ao patrimônio ao longo do tempo, compreendendo quais disputas estão associadas a ele, bem como os grupos que se articulam em sua defesa ou contestação.

A análise das articulações populares, políticas e intelectuais em torno do pelourinho de Mariana, especialmente no contexto da década de 1980, revelou que os monumentos são muito mais do que vestígios materiais do passado: são ferramentas de construção de identidade, memória e projeção de futuros. A reconstrução do pelourinho, embora envolta em polêmicas sobre sua legitimidade histórica, cumpriu um papel estratégico na afirmação de uma identidade marianense e na inserção da cidade em um circuito de valorização do patrimônio colonial.

Estudos como este nos convidam a compreender melhor as inquietações dos grupos sociais que se mobilizam em torno do passado, bem como os projetos de sociedade que almejam construir por meio da memória. Afinal, a monumentalização não diz apenas sobre o que queremos lembrar, mas também sobre o que — e quem — estamos dispostos a esquecer.

Assim, reconhecer os monumentos como lugares de disputa e não como narrativas neutras e pacificadas é também um ato de responsabilidade histórica. Cabe-nos, portanto, ampliar o debate público sobre o patrimônio, questionar as ausências, tensionar os silêncios e propor leituras mais plurais sobre o passado e suas marcas no presente.

## **ANEXO**

O plano de aula proposto a seguir justifica-se a partir de dois eixos fundamentais. O primeiro refere-se à necessidade de abordarmos patrimônios sensíveis como ferramentas didáticas no ensino de História, reconhecendo nesses objetos não apenas vestígios do passado, mas também dispositivos que revelam disputas de memória, poder e identidade. O segundo eixo considera a relevância de

valorizarmos os espaços urbanos e a história local como fontes legítimas de análise histórica, aproximando os estudantes de seu território e de sua própria formação cidadã.

O plano de aula proposto neste trabalho também se insere no campo da educação patrimonial, compreendida como prática pedagógica essencial para a formação cidadã dos estudantes (PEREIRA; ORIÁ, 2012). A educação patrimonial visa não apenas o reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais, mas principalmente o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os processos históricos e sociais que os constituem.

No caso do pelourinho de Mariana, a reconstrução de um monumento marcado pela violência colonial e pela escravidão demanda abordagens educativas que problematizem sua permanência na paisagem urbana, suas ressignificações ao longo do tempo e os silêncios que ainda o cercam. A educação patrimonial, nesse contexto, assume um papel político e ético: ela nos permite questionar não apenas o que foi preservado, mas também o que foi apagado — e por quê.

Utilizar o pelourinho como objeto pedagógico é um convite à análise da memória como construção social. Os estudantes são levados a perceber que todo monumento carrega escolhas: há intencionalidades no que se ergue, no que se celebra e, sobretudo, no que se omite.

A educação patrimonial, nesse contexto, funciona como ponte entre o passado e o presente, entre o espaço urbano e o cotidiano dos estudantes. Ela permite romper com a visão tradicional de patrimônio como algo distante, elitizado e intocável, e o reposiciona como ferramenta crítica, viva e acessível. O pelourinho de Mariana, quando ressignificado pedagogicamente, transforma-se em campo de análise histórica, social e política.

Dessa forma, o plano de aula proposto contribui diretamente para que os alunos desenvolvam um olhar mais sensível e crítico sobre o mundo ao seu redor, compreendendo o patrimônio não como algo dado, mas como resultado de escolhas históricas e de disputas de poder. A educação patrimonial, portanto, torna-se aqui uma estratégia para democratizar a memória, valorizar saberes diversos e promover uma formação histórica comprometida com a justiça social (MENEGUELLO; PISTORELLO, 2021).

Como procurou demonstrar o presente trabalho, o pelourinho de Mariana não é um artefato neutro, mas um monumento profundamente atravessado por disputas

políticas, sociais e simbólicas, tanto em sua origem quanto em sua reconstrução. Nesse sentido, a sua presença na paisagem urbana constitui uma oportunidade pedagógica valiosa: um espaço que pode e deve ser ressignificado como laboratório vivo para a formação crítica dos alunos.

A proposta didática busca, portanto, fomentar a construção coletiva de um olhar mais atento à historicidade dos espaços públicos e às relações de poder que moldam o patrimônio (FERNANDES, 1993). Ao problematizar o pelourinho, os estudantes são convidados a refletir sobre temas estruturantes da História do Brasil, como a escravidão, suas permanências, os processos de apagamento histórico de populações negras e indígenas, as lutas pela memória e a redemocratização brasileira e seus reflexos na cultura e na paisagem urbana.

Mais do que transmitir conteúdos, o plano de aula visa mobilizar competências interpretativas e posicionamentos críticos diante das narrativas hegemônicas, colocando os estudantes como sujeitos ativos no debate sobre o que merece ser lembrado — e o que historicamente tem sido silenciado.

## Plano de aula

NÍVEL: Ensino Médio	ANO: 2° e 3°
<p>COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1: Analisar processos políticos e sociais associados a construções de monumentos. Compreender a disputa política que envolve o patrimônio de cidades históricas, bem como quais grupos se articulam para suas preservações. Conhecer os processos históricos que conduzem grupos sociais ao prestígio, através de monumentos, e também como outros grupos se tornam marginalizados e oprimidos historicamente com esses mesmos monumentos.</p>	
<p>TÍTULO DA AULA: Esse patrimônio me representa?</p>	
<p>OBJETOS DE CONHECIMENTO: Pelourinho de Mariana</p>	
<p>HABILIDADES: Competência específica 1 (EM13CHS104) - Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.</p>	

OBJETIVOS	CONTEÚDO	ATIVIDADES
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender o conceito de patrimônio histórico como construção social e política.</li> <li>2. Refletir sobre como os monumentos representam disputas de memória e identidade.</li> <li>3. Analisar o caso do pelourinho de Mariana como exemplo de reconstrução simbólica e política.</li> <li>4. Estimular o pensamento crítico sobre o papel dos monumentos nas cidades e nas narrativas nacionais.</li> </ol>	<p>Conceito de patrimônio material e imaterial.</p> <p>Monumentalização e política de memória.</p> <p>O pelourinho: do poder colonial à reconstrução na redemocratização.</p> <p>Disputas simbólicas e apagamentos históricos.</p> <p>Relação entre história local e história nacional.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura – Roda de conversa (10 min) <ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento de saberes prévios com a pergunta: “Você já parou para pensar no que os monumentos da sua cidade querem te contar?”</li> <li>Apresentar brevemente o conceito de patrimônio e problematizar: “Todo patrimônio conta a história de todo mundo?”</li> </ul> </li> <li>2. Exposição dialogada + imagens (20 min) <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação de slides ou imagens do pelourinho de Mariana (antes e depois da reconstrução) e o complexo histórico onde o mesmo se localiza.</li> <li>Fazer uma contextualização sobre a importância simbólica e política que a praça Minas Gerais representa.</li> <li>Falar sobre o contexto da demolição (1871) e reconstrução (1980), e o papel do turismo e da identidade regional.</li> </ul> </li> <li>3. Atividade em grupo (15 min) <ul style="list-style-type: none"> <li>Fichas com perguntas para grupos discutirem: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quem decide o que deve ser lembrado por meio dos monumentos? Quem pode se sentir excluído por essas escolhas?</li> </ol> </li> </ul> </li> </ol>

		<p>2. Vocês conhecem algum monumento polêmico na sua cidade? Por quê?</p> <p>3. Como seria um monumento que representasse toda a comunidade?</p> <p>4. Fechamento coletivo (5 min)</p> <p>Compartilhar respostas e lançar a provocação: “Monumento é só pedra ou também uma escolha política?”</p>
--	--	--

**AValiação:** A aula deve ser avaliada levando em conta a participação e a análise crítica dos alunos, assim como o tópico ou questão que os grupos criaram.

#### BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de História: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. IN: I - Gabriel, Carmen Teresa. II - Monteiro, Ana Maria. III – Martins, Marcus Leonardo Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2016.

ANDRADE, Francisco. De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). São Paulo: Revista de História, 2022

CONDURU, Roberto. Pelourinho de Mariana, monumento à barbárie. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: PESQUISAS EM DIÁLOGO, 40, 2021, Uberlândia. Anais Uberlândia, 2021, p. 144-156. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2020/anais/pdf/Roberto%20Conduru.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2025.

MENEGUELLO, C.; PISTORELLO, D. Apresentação - Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Revista História Hoje, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 4–11, 2021. DOI: 10.20949/rhhj.v10i19.775. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/775>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PEREIRA, Junia Sales; ORIÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 161–171, 2012. DOI: 10.20396/resgate.v20i23.8645738. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645738>. Acesso em: 6 ago. 2025.

RIBEIRO, Isadora Parreira. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 9–32, 2022. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2022v23n38p9-32. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernohistoria/article/view/28083>. Acesso em: 31 jun. 2025.

SOUZA, Sabrina Delamore de. Dossiê de conservação e restauro do pelourinho situado na praça minas gerais – Mariana/mg. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, Instituto Federal Minas Gerais - Campus Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

## Referências Bibliográficas

ABREU, João Francisco; CALDEIRA, Altiano Barbosa. Mapeamento do acervo arquitetônico e histórico da cidade de Mariana. Belo Horizonte: Fapemimg; PUC - MG, 2006.

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de História: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. IN: I - Gabriel, Carmen Teresa. II - Monteiro, Ana Maria. III – Martins, Marcus Leonardo Bomfim. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2016.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2009.

ANDRADE, Francisco. De símbolos da opressão a padrões da liberdade: a preservação de pelourinhos coloniais e o apagamento da memória da escravidão (sécs. XVI-XX). São Paulo: Revista de História, 2022

ANTUNES, Álvaro de Araujo; SILVEIRA, Marco Antonio. Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana. In: PEREIRA, Carlos; TEDESCHI,

Denise Maria Ribeiro; PEREIRA, Fabrício Luiz; ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. (Orgs.). O espaço e os construtores de Mariana- Século XVIII. 1ed.Ouro Preto: EDUFOP, 2016.

BASTOS, Rodrigo Almeida. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008>>. Acesso em: 31 de jun. 2025.

CAMÊLLO, Roque José de Oliveira. 16 de junho O dia de Minas. Belo Horizonte: Lemi S.A., 1991.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONDURU, Roberto. Pelourinho de Mariana, monumento à barbárie. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: PESQUISAS EM DIÁLOGO, 40, 2021, Uberlândia. Anais Uberlândia, 2021, p. 144-156. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2020/anais/pdf/Roberto%20Conduru.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2025.

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25,26, p. 265-276, set.1992.–ago. 1993.

MENEGUELLO, C.; PISTORELLO, D. Apresentação - Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. Revista História Hoje, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 4–11, 2021. DOI: 10.20949/rhhj.v10i19.775. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/775>. Acesso em: 6 ago. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. Os Veios Profundos de Mariana: Transformação do Espaço Urbano na Cidade-Patrimônio (1938-1967). Mariana: Paco Editorial, 2018.

PEREIRA, Carlos Alberto et al. O espaço e os construtores de Mariana (Século XVIII). Ouro Preto: Editora Ufop, 2015.

RIBEIRO, Isadora Parreira. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com

a cidade-patrimônio. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 9–32, 2022. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2022v23n38p9-32. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/28083>. Acesso em: 31 jun. 2025.

SANTOS, Cristiano Casimiro. O pelourinho de Mariana. *Revista Mariana Histórica e Cultural*, Mariana, p. 18-23, junho, 2018. Disponível em: [<https://www.yumpu.com/pt/document/read/60802443/revista-junho-de-2018>]. Acesso em: 14 jun. 2025

SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173–189, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i11.554. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SILVEIRA, Marco Antonio. *A Colonização como Guerra: Conquista e Razão de Estado na América Portuguesa (1640-1808)*. Brasil: Editora Appris, 2019.

SOUZA, Sabrina Delamore de. Dossiê de conservação e restauro do pelourinho situado na praça minas gerais – Mariana/mg. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, Instituto Federal Minas Gerais - Campus Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VASCONCELOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

WHITE, Hayden. O passado prático. *ArtCultura*, [S. l.], v. 20, n. 37, p. 9–19, 2018. DOI: 10.14393/artc-v20-n37-2018-47235. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47235>. Acesso em: 1 jun. 2025.